



Eixo Temático

3. Educação no campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA REVOLUÇÃO CULTURAL CHINESA – TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO ENTRE TRABALHO MANUAL E INTELECTUAL

Autora

Mariana Delgado Barbieri

Instituição

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

E-mail

marianabarb@yahoo.com

Palavras-chave

Educação; Transição Socialista; Maoísmo e Revolução Cultural

Resumo

Apresentamos nesse artigo a questão relativa à divisão entre trabalho manual e intelectual, como ponto fundamental a ser superado no processo de transição socialista. Baseado na experiência chinesa da Revolução Cultural, analisamos a importância de tal superação para a construção do novo homem e como essa mudança na organização social possibilita a revolucionarização das relações de produção e efetivo avanço no projeto socialista.

Texto Completo

A falta de informações sobre esse imenso país esconde a história de milhares de anos de um povo que sempre foi submetido ao conservadorismo e à tradição, mas que no último século foi atingido pela “onda vermelha” propagada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e viu ocorrer em seu solo uma ruptura radical com a tradição vigente a partir do estabelecimento da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, sob o comando do líder Mao Zedong.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Com o intuito de promover o avanço na sociedade de transição rumo ao comunismo, Mao Zedong lançou o movimento chamado Revolução Cultural, em 1966, pois percebeu a necessidade de mudanças mais profundas na sociedade chinesa, visando eliminar a nova burguesia que se constituía, além de orientar as transformações nas relações de produção¹ (que ainda eram capitalistas), já que Mao reconheceu que a mera estatização dos meios de produção e a tomada do poder por um partido proletário não eram condições suficientes para uma radical mudança na sociedade.

A Revolução Cultural foi uma tentativa de revolucionarizar as relações de produção - já que durante o período de transição socialista perduram as relações de produção e as forças produtivas capitalistas - e não se pode, influenciado pelo nome, acreditar que ela era uma revolução somente na esfera da cultura (superestrutura).

Para atingir o objetivo de revolucionarizar as relações de produção, a Revolução Cultural desenvolveu ações na superestrutura². No campo literário e artístico lutou-se para eliminar o privilégio dos intelectuais e acabar com a influência de ideias burguesas. No campo político, era urgente uma mudança na relação entre os dirigentes e os dirigidos; além disso, era necessário eliminar o burocratismo, que fortalecia e consolidava a separação entre os quadros e a massa trabalhadora. Não obstante esse conjunto de medidas, a nova burguesia continuava a se consolidar (fenômeno que teve início com a Revolução Chinesa em 1949), composta pelos quadros dirigentes do processo de produção e do aparelho de Estado do Partido, a qual, em separado e acima das massas, exercia sobre elas um domínio visando seus próprios interesses e, com isso, consolidava-se uma nova luta entre a burguesia e o proletariado – é a revolução dentro da revolução (DAUBIER, 1972).

Outro campo privilegiado pela Revolução Cultural foi a educação, objeto que nos propomos a analisar. Com a Revolução Cultural, diversas mudanças no campo educacional surgiram, apesar de algumas já estarem acontecendo desde a década de 1950; mas podemos afirmar que havia quatro principais pontos a serem desenvolvidos com respeito à educação, de acordo com as diretivas do Partido e as ideias de Mao

¹ Entendemos *relações de produção* como relações econômicas entre agentes sociais e entre agentes sociais e meios de produção, ou ainda, como relações sociais mediadas pelos meios de produção.

² Superestrutura: é formada por todos os elementos não econômicos da estrutura social, como ideologia, religião, filosofia, direito, formas políticas, etc.



Zedong: o primeiro era a necessidade de transformar a educação eliminando a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual - o novo homem deveria ser trabalhador e intelectual; o segundo ponto refere-se à mudança com relação à promoção dos alunos, que deveria ser feita de acordo com seu nível ideológico e político; o terceiro ponto refere-se ao intelectual burguês, que deveria ser enviado às fábricas e ao campo, entrando em contato com diversas realidades sociais e com o trabalho manual; e, por fim, a necessidade de criação de uma nova arte e literatura que exaltassem os valores proletários e revolucionários (CHEN, 1974).

A mudança fundamental a ser operada na esfera da educação e, que se relaciona com o processo de revolucionarização das relações de produção, diz respeito à superação da divisão capitalista do trabalho, ou seja, entre trabalho manual e trabalho intelectual, e por esse motivo esse será o aspecto que receberá maior enfoque em nosso artigo, ao lado das mudanças operadas na esfera da educação ideológica, que visava formar indivíduos com consciência proletária e dispostos a participar da revolução em curso.

As transformações ocorridas durante a Revolução Cultural são a aplicação dos ideais do modelo revolucionário, defendido e incentivado por Mao Zedong. Uma contraposição, ainda que breve, entre esses dois modelos, permitirá o esboço de um quadro comparativo entre essas duas linhas, e posteriormente aprofundaremos a análise relativa à tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que foi um dos traços mais importantes do modelo revolucionário, diretamente relacionado ao avanço e conquista do socialismo, com consequente revolucionarização das relações de produção.

Revolução Cultural e mudança no ensino

Em vários momentos do período histórico compreendido a partir da proclamação da República Popular Chinesa até o final da Revolução Cultural (1976), temos, de maneira clara, a presença do chamado modelo acadêmico e do modelo revolucionário de ensino. A diferença entre esses dois modelos refere-se aos padrões de ensino, reflete a natureza da educação, seus meios e seus objetivos.



Com a conquista do poder pelo Partido Comunista Chinês, todas as esferas da sociedade deveriam se voltar para o progresso da nação e a vitória da revolução, e a educação era um pilar fundamental para a obtenção do sucesso. Cada um dos referidos modelos de educação busca determinado objetivo, isto é, um modelo visa o desenvolvimento das forças produtivas e o outro vê o sucesso da revolução como meta mais importante.

Com essa oscilação entre desenvolvimento das forças produtivas e revolucionarização das relações de produção, a educação também é atingida, e nos momentos em que desenvolver essas forças é o lema adotado, o modelo acadêmico é o que prevalece, pois possibilita a formação do pessoal necessário para as mais diversas posições na produção, possibilitando a modernização e a reconstrução nacional. De maneira inversa, quando a revolução recebia maior importância, a educação seguia o modelo revolucionário, que enfatizava a educação voltada para a produção de ativistas políticos e defensores ideológicos da causa socialista.

Como que de maneira cíclica, esses dois modelos se revezam durante as três primeiras décadas da República Chinesa, servindo à política (que buscava o sucesso da revolução socialista) e auxiliando a economia, com o desenvolvimento, modernização e avanço nacional. Ambos os modelos não foram criados na China, mas foram adaptados à realidade chinesa, como é o caso do modelo revolucionário, que faz uso da experiência educacional do período soviético stalinista, mas que é revisado por Mao e apresenta reflexões inéditas.

O modelo acadêmico é conhecido e adotado por diversas sociedades. Seus traços principais são: é centrado na escola, é orientado pelo conhecimento, sua intenção central é promover o conhecimento acadêmico, e a escola é o local por excelência onde o ensino ocorre, sendo a sala de aula, junto com os laboratórios e bibliotecas o coração da escola. Aprender significa conhecimento e o conhecimento é adquirido por meio dos livros, e para facilitar essa aquisição temos as disciplinas (matérias) e a separação em níveis.

Em oposição, o modelo revolucionário, que recebe essa denominação não apenas por servir à causa revolucionária, mas também por ser o modelo que mais



radicalmente se afasta do modelo acadêmico, pode ser resumido da seguinte forma: a escola perde importância, enquanto a sociedade toda passa a educar; o aprendizado ocorre nas fábricas, no campo, nas ruas, e não apenas na sala de aula; as campanhas de massa são incentivadas pelo seu valor educativo; nesse modelo o conceito de educação vai muito além da escola e da aquisição de conhecimento, não tendo distinção entre educação formal e informal; a educação é orientada para a ação, e o resultado da adoção desse modelo é o ativista revolucionário, que foi modelado para servir à revolução. Nesse modelo, com a contribuição de Mao, não se aceitava o desenvolvimento intelectual como objetivo exclusivo da educação, afinal suspeitava-se que isso pudesse favorecer a perpetuação da burguesia.

Esse modelo, com clara inspiração maoísta, foi fruto da revolução educacional ocorrida com a Revolução Cultural. O período de 1958 à 1966 pode ser considerado um momento de transição, em que os defensores do modelo revolucionário aguardavam a derrota do modelo acadêmico, defendido pelos revisionistas e burgueses, de acordo com os partidários maoístas.

Em vista de algumas tentativas anteriores à 1966, realizadas por Mao, com o objetivo de alterar a educação, como foram as campanhas de 1958 e de 1962, Mao, convencido da importância de assegurar a formação de jovens revolucionários, identifica a necessidade de mudanças radicais, rejeitando o sistema existente, incentivando a destruição para posterior reconstrução.

A crítica ao modelo acadêmico surge de maneira explícita entre os jovens, que condenavam o modelo por privilegiar poucos ao invés das massas, por refletir a ideologia e a sociedade de classes dos países capitalistas, além disso, nesse modelo a educação é voltada apenas para o conhecimento, produzindo intelectuais apolíticos, divorciados da luta da sociedade revolucionária, que se dedicam integralmente aos livros, não tendo oportunidade de participação no trabalho produtivo, nas atividades políticas. Em contraposição, os jovens, incentivados por Mao, passam a defender a educação à serviço das massas (proletários, camponeses e soldados), guiada pela ideologia e pela revolução proletária, com conteúdos úteis para a produção e a política,



com plena defesa da unidade entre teoria e prática. Seguindo esses princípios temos a aplicação do modelo revolucionário.

Entretanto, apesar dessas mudanças terem ocorrido, os eventos históricos que sucederam a Revolução Cultural demonstram que as transformações não foram efetivas, isto é, não foram suficientes para operar reais mudanças.

As diretivas de Mao foram seguidas, muitos jovens se empenharam em alterar as escolas e universidades, mas podemos identificar alguns aspectos relevantes decorrentes da adoção do modelo revolucionário e também alguns limites da própria Revolução Cultural.

Uma análise demonstra claramente alguns elementos: o primeiro é o fato de a educação com vista a atender apenas as necessidades imediatas faz com que a educação se reduza muitas vezes a mera compreensão de como executar determinada tarefa, desvalorizando o conhecimento e o aprofundamento da técnica, da compreensão de mecanismos e etc. Ao lado desse ensino voltado exclusivamente para a aplicação prática, temos a questão da política que adentra as escolas de maneira excessiva, fazendo com que as escolas com meio período de estudo e meio período de trabalho, se convertessem em meio período de política e meio período de trabalho.

A destruição do antigo sistema educacional, visto como fato glorioso pelos maoístas, provocou também intensos conflitos entre os estudantes, gerando insatisfações, e obrigando os jovens que não concordavam com o novo modelo a segui-lo, impondo os novos métodos e conteúdos. A radicalidade decorrente da atuação dos Guardas Vermelhos, e também a posição que Mao Zedong passa a ter como grande comandante, que centralizava o poder em suas mãos, determinando os rumos da nação, impediram também um real avanço na transição socialista.

A tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual

Todas as mudanças ocorridas na esfera educacional nos fornecem subsídios para a discussão fundamental sobre a superação da divisão do trabalho, superação que é particularmente decisiva, posto que a transformação nas relações de produção (objetivo específico da revolução cultural) depende, em certa medida, da superação da divisão



entre trabalho manual e intelectual, que o próprio sistema educacional e as práticas pedagógicas reproduziam.

A divisão do trabalho na sociedade, ou seja, a divisão do trabalho pelos diferentes ramos de atividade é comum a todos os tipos de sociedade. Entretanto, “a divisão manufatureira ou a divisão sistemática do trabalho (divisão que se dá no interior da produção, subdividindo sistematicamente o trabalho de cada especialidade) é característica da sociedade capitalista, assim como o é o processo de produzir mais-valia”(CARVALHO, 1989, p.35).

Posto isso, a transição bem sucedida do capitalismo para o comunismo necessita que o proletariado domine a organização técnica da produção e o desenvolvimento técnico-científico, elimine a divisão burguesa do trabalho ou, caso contrário, haverá o reaparecimento da burguesia. A burguesia, através da divisão do trabalho assegura a propriedade da técnica, do trabalho intelectual, e impede que a classe operária e as grandes massas deles se apoderem.

Segundo Marco Macciò,

isso se realiza limitando o número de escolas técnicas e de universidades, mas sobretudo reduzindo o trabalho operário a um mero trabalho material de execução, impedindo a colaboração entre trabalho manual e intelectual, recusando aos operários a possibilidade de aproveitarem a experiência prática adquirida na produção para, assim, apoderarem-se da técnica e da ciência, garantindo a plena expansão das forças produtivas. (MACCIO, 1973, p. 65)

Mesmo quando a burguesia não mais detém a propriedade privada dos meios de produção, ela ainda consegue manter seus privilégios através da divisão do trabalho e do domínio da técnica, e foi contra essa “resistência” da burguesia que a Revolução Cultural procurou agir, e as mudanças realizadas na educação buscaram eliminar o domínio exclusivo da técnica pelos burgueses, assim como eliminar a divisão capitalista do trabalho, já que somente quando a técnica estiver nas mãos dos operários se alcançará a igualdade, e a produção estará a serviço das massas. Já é possível identificar que não basta apenas a transferência jurídica da propriedade para o Estado no período



de transição socialista, mas o que é necessário é o surgimento de novas relações de produção.

No interior do aparelho escolar, a divisão capitalista do trabalho aparece sob a forma de duas redes de escolarização, uma destinada a formar os trabalhadores manuais e outra os trabalhadores intelectuais, ambas determinadas pela existência de classes antagônicas, que se materializam na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. A escola capitalista prepara uns para serem explorados e outros para serem exploradores, de acordo com a origem social, e por isso “a escola passa a ser definida como um instrumento de luta encarregado de assegurar, a qualquer preço, a dominação da ideologia burguesa contra um adversário real: o proletariado” (CUNHA, 1980, p.15).

A revolução cultural buscou enfatizar a importância da ideologia na reprodução das relações sociais de produção, e por esse motivo ela impôs a necessidade de uma revolução *pela e na* ideologia, o que implicava a transformação radical do antigo aparelho escolar, com o objetivo de difundir a ideologia proletária e eliminar os vestígios de ideais burgueses.

As mudanças operadas no interior das escolas, como: a luta contra a divisão entre trabalho manual e intelectual; a ligação entre as unidades de ensino e as unidades de produção; a existência de unidades de produção onde os alunos pudessem trabalhar; a ligação constante entre pesquisa e produção; a formação de técnicos nos quadros da produção; a escolha dos melhores trabalhadores para irem à universidade e depois retornarem à produção; assim como o incentivo ao estudo político e ideológico foram as mudanças encontradas para que se eliminasse a supremacia da burguesia, já que o aparelho escolar buscava uma educação igual para todos, em que a noção de superioridade do trabalho intelectual fosse eliminada através da valorização do trabalho manual.

A tentativa de se superar a divisão burguesa do trabalho, que era reproduzida pela escola, esteve presente desde os primeiros anos de escolarização (pré-escola), fazendo com que desde cedo as crianças reconhecessem a importância e o valor do trabalho manual, que na sociedade capitalista é visto como um trabalho de menor importância realizado pelos menos favorecidos economicamente. A experiência chinesa



nos mostra que superar essa divisão do trabalho não é tarefa fácil, pois ela se interioriza nos indivíduos de tal forma que, para modificar a situação, é preciso um longo processo, que valorize todos os tipos de trabalho.

A combinação ensino e trabalho produtivo adquiriu na revolução cultural uma importância ainda maior, permitindo o início da superação das hierarquias existentes no interior das fábricas (e também das escolas), já que todos realizavam o trabalho produtivo, colaborando com a produção de acordo com suas capacidades. Outra mudança sentida foi a diminuição do abismo entre as gerações, pois crianças, jovens e adultos conviviam mais intensamente, estudavam as mesmas disciplinas (desde técnicas até estudos políticos), compartilhavam as mesmas experiências, possibilitando uma maior igualdade entre todos os indivíduos, que também se manifestava na igualdade entre homens e mulheres.

A participação de todos no trabalho produtivo assegurava o contato com as massas, e eliminava a noção de supremacia que os dirigentes podiam ter por estarem distantes dos trabalhos manuais realizados pelas massas. Pretendia-se com essas mudanças: evitar o aburguesamento daqueles que não realizavam tarefas manuais, e por isso tendiam a se afastar das massas; manter os dirigentes em estreito contato com os dirigidos; criar na população o respeito por todos os tipos de trabalho, evitando a atração por posições dirigentes, que assumiam caráter cômodo e pouco revolucionário.

O trabalho manual passou a ser visto como prática de humildade, escola de unidade nacional e também como método de reeducação (mas não como forma de punição a algum erro cometido). O trabalho acadêmico deveria ser acompanhado pela participação no trabalho produtivo, com atividades manuais, que algumas vezes eram vistas como meio para prevenir o aburguesamento.

Essa nova mentalidade com relação ao trabalho manual e intelectual possibilitou que os jovens desejassem ingressar nas fábricas, comunas e exércitos, não desejando mais apenas a alta qualificação acadêmica desvincilhada de qualquer atividade produtiva. Além disso, o trabalho no campo também assumiu grande importância, e com isso grande número de pessoas se deslocou para os campos, possibilitando um avanço técnico e obtendo melhor produtividade.



Obviamente, como já dito, essas mudanças também ocasionaram modificações no interior das fábricas, que na tentativa de promover o fim da divisão burguesa do trabalho passaram a se organizar de uma nova maneira.

Se a transição para o comunismo deve acontecer; se aí deve haver apropriação *coletiva* (e não estatal), *pelos produtores*, dos meios de produção e vitória da colaboração voluntária sobre a divisão hierárquica das tarefas, então é preciso que os produtores diretos apropriem-se e subvertam as técnicas, a organização do trabalho, o modo de usar as máquinas, a disposição dos locais de trabalho, a relação com o saber e as instituições (Escola) que o transmitem... (GORZ, 1996, p. 13)

Se já nos foi possível identificar um dos itens que Gorz enumera como essencial para a transição ao comunismo, ou seja, vimos a mudança na relação com o saber e das instituições que o transmitem, resta assinalar, brevemente, o que a revolução cultural alcançou em termos de mudança nas técnicas, organização do trabalho, modo de usar as máquinas e disposição dos locais de trabalho. Pois, como nos mostra Coriat, “Se a revolução no sistema de formação não se acompanha por uma revolução nas relações de produção e na divisão do trabalho no interior das fábricas, não há dúvida de que todos os esforços serão em vão”. (CORIAT, 1976, p. 1332)

Desde a proclamação da República Popular da China se incentivou a formação de técnicos com consciência proletária, porém ainda se encontrava em atividade um grande número de técnicos com origem burguesa, que utilizavam suas posições de superioridade em relação aos outros trabalhadores para obter vantagens e prestígios, o que impedia a real apropriação pelos trabalhadores de todas as esferas envolvidas na produção.

Todavia, é importante frisar que não bastava modificar a origem social dos técnicos, pois isso não garantiria a continuação da revolução e nem a real apropriação da técnica pelo proletariado, visto que é preciso modificar a divisão do trabalho, as tarefas de direção e execução, o sistema de funções, senão corria-se o risco de emergir uma nova burguesia – a revolução cultural lutou exatamente contra o surgimento de



uma nova burguesia, que se formou a partir dos altos quadros do partido e dos dirigentes de grandes empresas.

[é preciso] impedir que os técnicos, todos de origem operária, se transformem numa camada privilegiada, é preciso que não se diferenciem dos outros trabalhadores a não ser pelo posto que ocupam ao lado dos seus camaradas operários. Devem, portanto, ser trabalhadores como os outros no plano do salário e no do trabalho manual, que devem continuar a fazer (MACCIO, 1971, p. 32)

Coriat acrescenta que é essencial distinguir entre *separação* trabalho intelectual e manual e *oposição* trabalho de gerência e de execução, que materializa no sistema de relações de produção as condições sociais que permeiam a reprodução. Portanto, não basta superar a divisão do trabalho, é preciso também a revolução das relações sociais, como maneira de acabar com a oposição entre direção e execução, uma das etapas necessárias para a supressão de todas as diferenças no interior da fábrica.

A divisão entre o trabalho manual e o intelectual no interior do processo de trabalho reproduz as condições de expropriação da 'potência mental' do operário, retira dele a possibilidade de exercer algum controle sobre os meios de trabalho, que, assim, passam a dominá-lo, transformando o trabalhador em simples dispêndio de energia laborativa.

A divisão entre as tarefas de execução e as tarefas de direção reproduz a perda da capacidade do trabalhador em pôr em funcionamento o processo de trabalho e em dispor do produto de seu trabalho. Aos agentes do capital fica reservada a direção do processo de produção, ao passo que os operários devem se limitar a executar as ordens daqueles.

Portanto é justamente ao 'atacar' esses dois elementos fundamentais para a dominação burguesa que a classe operária pode iniciar o processo de constituição de novas relações de produção e forças produtivas comunistas. (NAVES, 2003, p. 89)

Entretanto, vale ressaltar que romper com a oposição entre dirigentes e operários, entre trabalho de direção e trabalho de execução, não significa romper com a divisão do trabalho, e por isso é preciso a superação da divisão do trabalho assim como da oposição gerência/execução, o que implica que os operários precisam deter um mínimo necessário de conhecimento para exercer a direção. Somente quando houver o



processo de apropriação do conhecimento técnico pelos operários e produtores imediatos, o poder dos especialistas poderá se transformar em poder dos operários.

[...] o processo de apropriação de conhecimento e saber técnico não pode consistir apenas na pura e simples formação de novos técnicos provenientes das camadas operárias. Esse processo depende em alguns aspectos do sistema de ensino e de formação; mas por outros aspectos – absolutamente indissociáveis – ele deve abordar também a divisão do trabalho dentro da empresa e o sistema de hierarquias e funções que se emprega (CORIAT, 1976, p.1335)

Uma das alternativas encontradas para superar essas diferenças existentes no interior das fábricas foi a constituição dos chamados grupos de tripla união, formados por operários, técnicos e quadros, que ficavam encarregados de questões técnicas:

Se ocupavam com a transformação técnica das fábricas, da renovação técnica, das inovações e das modificações na regulamentação técnica, e da luta contra os ‘regulamentos irracionais’ que existiam nesses domínios. Esses ‘regulamentos irracionais’ permitiam aos engenheiros e técnicos unicamente o privilégio de transformar as máquinas. Graças à formação desses grupos de Tripla união, como também à educação política e ideológica e à participação de engenheiros e técnicos no trabalho manual, a separação entre os engenheiros e técnicos de um lado, e o operário de outro, tende a desaparecer assim como a dominação dos primeiros sobre os segundos. Esse movimento é reforçado pela profunda transformação do sistema de ensino (BETTELHEIM, 1979, p. 104)

Marco Macció afirma ainda que

[quando] se confia na consciência de classe dos trabalhadores, ou seja, no sentido das responsabilidades de quem se sente senhor da produção, poder-se-á assegurar uma produção baseada nos conhecimentos mais completos possíveis sobre a economia das matérias-primas, a manutenção das instalações, a abolição do esbanjamento e do luxo, a preocupação pela qualidade dos produtos (MACCIO, 1971, p. 50)

É possível perceber que o acesso dos operários ao desenvolvimento da técnica, às tarefas de gestão, pode trazer diversos benefícios à fábrica, e conseqüentemente à sociedade, numa maior oferta de produtos, com menor dispêndio de matéria-prima, e



mais aprimorada utilização das máquinas e instrumentos, ou seja, utilizando a vasta experiência dos operários é possível desenvolver a técnica de acordo com critérios de qualidade, economia e rapidez. Além disso, o trabalho no interior das fábricas será mais estimulante, pois dependerá da contribuição de cada indivíduo (tanto na produção quanto na gestão).

Na China, se difundiu a análise de equipamentos importados, que possibilitavam aos operários seguir a fórmula “utilização, crítica, transformação e criação”, melhorando os equipamentos, reformando os mais antigos e criando novas maneiras de se produzir, numa clara tentativa de unir o trabalho intelectual e o manual. Entretanto, diferentemente do que ocorre sob o capitalismo, o aumento do uso das máquinas e seu desenvolvimento tecnológico não deve ocasionar aumento das contradições e da exploração do trabalhador, pois no período de transição socialista é preciso eliminar o antagonismo existente entre o capital e o trabalho, não sendo mais o trabalho do operário mera mercadoria.

Enquanto no capitalismo a constante revolução nos instrumentos de produção assegura o domínio da classe burguesa sobre a técnica e os meios de produção, no socialismo a mudança nesses instrumentos deve possibilitar a apropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e do conhecimento técnico necessário. Outra diferença fundamental reside no fato de, no capitalismo, essas mudanças implicarem na desqualificação progressiva do trabalho da grande massa de trabalhadores, mas também numa extrema qualificação de poucos trabalhadores, já que na indústria capitalista o trabalho é simplificado, sendo apenas um mero complemento da máquina, que assume a posição central na produção.

O modo de produção capitalista, ao aprofundar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, transforma a ciência em uma força produtiva independente do trabalho, desenvolvendo-a ao serviço do capital e do aumento da mais-valia, e por isso, ao invés de beneficiar a coletividade, aumenta a exploração e a opressão do povo. Decorrente disso é essencial na transição socialista o movimento das massas pela inovação técnica, na tentativa de possibilitar a existência de novas forças produtivas não



mais capitalistas, mas essa nova força produtiva não pode se desenvolver sem a existência de novas relações de produção.

Conclusão

A transição bem sucedida do capitalismo para o comunismo necessita de que o proletariado domine a organização técnica da produção e o desenvolvimento técnico-científico, elimine a divisão burguesa do trabalho ou, caso contrário, haverá o reaparecimento da burguesia. A burguesia, através da divisão do trabalho assegura a propriedade da técnica, do trabalho intelectual, e impede que a classe operária e as grandes massas deles se apoderem.

Dessa forma, fica evidente o motivo pelo qual a Revolução Cultural privilegiou a necessidade de superação da divisão capitalista do trabalho, superação que deveria ser alcançada a partir de mudanças pedagógicas em todos os níveis de ensino (desde a educação infantil até o ensino superior), que ocasionariam mudanças no interior das fábricas - a partir de uma nova compreensão do trabalho (valorização do trabalho manual), aquisição de conhecimentos técnicos e gerenciais (superando a oposição entre tarefas de direção e tarefas de execução) - assim como em mudanças na sociedade, pois conforme já mencionado, a superação da divisão capitalista do trabalho seria um grande avanço na etapa de transição socialista, pois possibilitaria aos trabalhadores o domínio do processo de produção e a reapropriação dos meios de produção (já que a estatização dos meios de produção não asseguraria um avanço rumo ao comunismo).

Outra condição vista como essencial para essa revolucionarização, segundo Mao Zedong, é a apropriação pelas massas da ideologia proletária, e isso a revolução no ensino também tentou alcançar, através da implantação de grupos de estudo do pensamento marxista (abordando, principalmente, Marx, Lênin e Mao Zedong). Por esse motivo, “a questão escolar na China não é uma questão meramente pedagógica (como ela é aparentemente na sociedade burguesa), mas uma questão política, que depende de uma estratégia política, uma estratégia revolucionária” (ESCOUBAS, 1975, p. 63).



Referências

- BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BETTELHEIM, Charles; CHARRIÈRE, Jacques; MARCHISIO, Hélène. *A Construção do socialismo na China*. Porto: Portucalense, 1971.
- BETTELHEIM, Charles. *A China depois de Mao*. Lisboa : Ed 70, 1981.
- CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A Escola como Mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar*. São Paulo: Iglu editores, 1989.
- CHEN, Theodore Hsi-en. *Chinese education since 1949: academic and revolutionary models*. Nova Iorque: Pergamon press, 1981.
- CHEN, Theodore Hsi-en. *The Maoist Educational Revolution*. Nova Iorque: Preaeger publishers, 1974.
- CORIAT, Benjamin. "Usines et universités d'usines dans la Chine d'après la révolution culturelle". In: *Les Temps Modernes*. Fevereiro, 1976.
- CORIAT, Benjamin. *Ciencia, Tecnica y Capital*. Madri: H. Blume, 1976a.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Uma leitura da Teoria da Escola Capitalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- DAUBIER, Jean. *Historia de La Revolución Cultural Proletaria en China*. México D.F.: Siglo XXI Editores, 1972.
- ESCOUBAS, E. "L'école chinoise et la transformation des rapports sociaux". In: *Tel Quel*. n. 61, 1975.
- FABRÈGUES, Bernard. "Organisation capitaliste et organization socialiste du travail" (parte I, II e III). In: *Communisme*, n. 16-17, 18 e 19, 1975.
- GORZ, André(org). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MACCIÒ, Marco. "Partidos, técnicos e classe operária na revolução cultural chinesa" in BETTELHEIM, Charles; MACCIÒ, Marco. *China e U.R.S.S.: dois "modelos" de industrialização*. Porto: Portucalense, 1971.
- MONTEIRO, Maria de Fátima. *China – Revolução no ensino*. Lisboa, Ciência Moderna, 1973.



NAVES, Márcio Bilharinho. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora Unicamp, 2003.

NAVES, Márcio B. *Mao: O processo da revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2005.

PISCHEL, Enrica Collotti et al. *La Revolución Cultural China*. Buenos Aires : Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

RÍOS, Carlos Castillo. *La Educación en China*. Buenos Aires: Búsqueda, 1973.

SENENT-JOSA, Joan. *Ensenanza y Revolución en China*. Barcelona : ed. Anagrama, 1977.

TISSIER, Patrick. *L'éducation en Chine Populaire*. Paris : François Maspero, 1978.

VIÉNE, René. *Révolution culturelle dans la Chine populaire*. Paris: Union générale d'éditions, 1974.